



INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO SUL DO MATO GROSSO: A ESCOLA PAROQUIAL “VICENTE PALLOTTI” (1950-1974)

Adriele Aparecida Squinca da Silva¹
Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani²

Resumo

O trabalho socializa resultados de pesquisa concluída que analisou o processo de institucionalização da educação, ocorrido no município de Fátima do Sul, antigo sul do Mato Grosso, levando em conta os jogos de poder ou de forças envolvidos, por meio de uma aproximação do funcionamento da primeira escola criada no município, a Escola Paroquial Vicente Pallotti. O recorte temporal adotado inicia-se em 1950 com o processo de institucionalização e encerra-se em 1974 quando a escola passa a compor a rede estadual. Foram utilizadas na pesquisa fontes documentais, orais e imagéticas, e, como apoio teórico, produções inscritas na perspectiva foucaultiana, além de estudos sobre a temática privilegiada. Concluímos que o aparecimento da Instituição escolar no município teve uma relação direta com o processo de colonização da região e que a institucionalização da educação naquele local e o momento histórico deveram-se à iniciativa da Igreja, com a chegada dos padres palotinos, permanecendo sob sua gestão mesmo depois de a escola tornar-se parte da Rede Estadual de Educação, e inscreveu-se em discursos que tomam a educação como condição ao desenvolvimento e ao progresso da região e da nação.

Palavras-chave: Colonização. Palotinos. Instituição escolar. Espaços-tempos. Patrimônio educativo.

INSTITUTIONALIZATION OF EDUCATION IN THE SOUTH OF MATO GROSSO: THE PAROCHIAL SCHOOL “VICENTE PALLOTTI” (1950-1974)

Abstract

The work socializes the results of a completed research that analyzed the process of institutionalization of education, carried in the municipality of Fatima the south, in the south of Mato Grosso, taking into account the power games of forces involved, through an approximation of the operation of the first school created in the municipality, the Parish School Vicente Pallotti. The time cut adopted begins in 1950 with the process of institutionalization and ends in 1974 when the school becomes part of the state network. Documentary, oral and imagery sources were used in the research. As a theoretical support, productions inscribed in the foucaultian perspective were used, as well as studies on the privileged theme. We conclude that the appearance of the school institution in the municipality had a direct relation with the process of colonization of the Region and that the



institutionalization of education in that place and historical moment was due to the initiative of the Church, with the arrival of the Pallotine priests, remaining under its management even after the school becomes part of the State Education Network and enrolls in discourses that take education as a condition for the development and progress of the Region and the nation.

Keywords: Colonization. Pallottines. School Institution. Spaces-times. Educational patrimony.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DE LA EDUCACIÓN EN EL SUR DEL MATO GROSSO: LA ESCUELA PAROQUIAL "VICENTE PALLOTTI" (1950-1974)

Resumen

El trabajo socializa resultados de investigación concluida que analizó el proceso de institucionalización de la educación, ocurrido en el municipio de Fátima do Sul, antiguo sur de Mato Grosso, teniendo en cuenta los juegos de poder o de fuerzas involucrados, por medio de una aproximación del funcionamiento de la operación la primera escuela creada en el municipio, la Escuela Parroquial Vicente Pallotti. El recorte temporal adoptado se inicia en 1950 con el proceso de institucionalización y se cierra en 1974 cuando la escuela pasa a componer la red estatal. Se utilizaron en la investigación fuentes documentales, orales e imagéticas, y, como apoyo teórico, producciones inscritas en la perspectiva foucaultiana, además de estudios sobre la temática privilegiada. Concluimos que la aparición de la Institución escolar en el municipio tuvo una relación directa con el proceso de colonización de la región y que la institucionalización de la educación en aquel lugar y el momento histórico se debieron a la iniciativa de la Iglesia con la llegada de los padres palotinos, incluso después de que la escuela se convirtiera en parte de la Red Estatal de Educación y se inscribió en discursos que tomaron la educación como condición para el desarrollo y el progreso de la región y de la nación.

Palabras clave: Colonización. Palotinos. Institución escolar. Espacio-tiempos. Patrimonio educativo.

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho foi socializar os resultados de pesquisa concluída que analisou o processo de institucionalização da educação, efetivado em meados da década de 1950, no município de Fátima do Sul, sul do antigo Mato Grosso³, levando-se em conta os jogos de poder ou de forças envolvidos. Para tanto, foi necessária uma aproximação da criação e do funcionamento da primeira escola do município. A pesquisa buscou analisar as duas primeiras décadas de seu funcionamento, com enfoque na iniciativa dos palotinos e nas programações de ensino.



O recorte temporal inicia-se na década de 1950, considerando o momento em que se iniciou o processo de alfabetização de crianças no município, e encerra-se em 1974 quando a primeira escola passa a compor a rede de escolas do Estado do Mato Grosso, conforme o Projeto Político-Pedagógico. (ESCOLA ESTADUAL VICENTE PALOTTI, 2013).

Para realizar uma análise da institucionalização da educação, foi necessário considerar um conjunto de discursos, instituições, leis e regulamentos que, com o apoio de Foucault (2001b), podemos chamar de “dispositivo”. Nesses termos, referimo-nos ao processo de institucionalização como um dispositivo, assim como a escolarização também o é. Portanto, interessou olhar a história de baixo para cima, analisar práticas discursivas em circulação naquele momento, com os enunciados que as sustentaram.

Foram usadas fontes documentais, orais e imagéticas. A investigação permitiu “[...] reconstituir, a partir do que dizem estes materiais - às vezes com meias-palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles” (FOUCAULT, 2008, p. 12). Tratou-se de uma interpretação entre outras interpretações possíveis.

Nas buscas, deparamo-nos com o descarte de documentos dos arquivos escolares, algo que se repete em grande escala. Segundo Mogarro (2005, p. 77), os arquivos escolares causam inquietações referentes aos cuidados com os documentos, que compõem ferramentas essenciais

[...] para a história da escola e a construção da memória educativa. A sua importância tem vindo a ser reconhecida, conduzindo a uma reflexão sobre a sua preservação, as condições de instalação, a organização correta dos documentos e o acesso às informações que nele estão contidas.

Os arquivos escolares permitem analisar sobre a igualdade e/ou diferenças dos vários discursos pronunciados por aqueles que representam a escola. Aspecto que nos fez valorizar as memórias/narrativas dos sujeitos que participaram das primeiras décadas de funcionamento da cidade e da instituição escolar.

Segundo Le Goff (1990, p. 423), “[...] a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas.” Foram entrevistados professores, diretor e ex-alunos que fizeram parte da instituição em seus inícios. Para identifica-los neste texto foram atribuídos nomes fictícios.

Como fontes principais utilizamos o Livro do Tombo (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 1963), referente ao período 1963-1971, disponível na secretaria da Igreja Mariz Nossa Senhora de Fátima e que contempla registros do Pe. Amadeu Amadori, fundador da Escola Paroquial Vicente Pallotti, com registros de 1963 a 1990, além de fotografias disponíveis no Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka. Ainda como fontes, utilizamos entrevistas com o professor e ex-diretor do Instituto D. Pedro II, chamado



neste trabalho de Pe. Leonardo (informação verbal)⁴. Na atual Escola Estadual Vicente Pallotti, encontramos apenas um registro sucinto da história da Instituição, disponível no Projeto Político-Pedagógico (ESCOLA ESTADUAL VICENTE PALLOTTI, 2013).

Para uma aproximação do objetivo proposto, o artigo foi organizado em duas partes. Na primeira, denominada Colonização e institucionalização da educação no sul do Mato Grosso, foram analisadas as relações entre o processo de colonização e de institucionalização da educação no sul do Mato Grosso, com ênfase nos começos da organização da cidade e na educação oferecida no município de Fátima do Sul, em meados dos anos de 1950.

A segunda intitula-se O currículo da Escola Paroquial Vicente Pallotti: organização, distribuição espaço-temporal e atividades educativas e analisou como as edificações e a arquitetura com sua distribuição espaço-temporal próprias e os aspectos do seu funcionamento, como o civismo, a religiosidade e outros elementos, foram acionados para educar ou governar o outro.

COLONIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO SUL DO MATO GROSSO

Nesta parte, o objetivo foi uma aproximação das relações entre o processo de colonização e a institucionalização da educação no sul do Mato Grosso, no período do recorte temporal adotado na pesquisa.

COLONIZAÇÃO DA REGIÃO COM A CRIAÇÃO DE UMA COLÔNIA AGRÍCOLA

Desde os anos de 1940, em especial, o fluxo migratório para o Estado do Mato Grosso intensificou-se com a campanha Marcha para o Oeste, planejada durante o Estado Novo⁵. O extenso território interiorano, pouco explorado pelo capitalismo de forma intensiva, fazia parte do contexto brasileiro em meados do século XX. A política do Estado Novo, mesmo reconhecendo a presença de moradores na região Centro-Oeste, a considerou vazia e objetivou povoá-la, uma vez que o plano econômico era desenvolver o capitalismo industrial com uma intervenção marcante do Estado.

Em 1943 foi criado o Território Federal de Ponta Porã e abrangia os municípios de Dourados, Bela Vista, Miranda, Maracaju, Nioaque, Ponta Porã e Porto Murtinho. Esses municípios estiveram diretamente subordinados à União, durante o curto período em que o Território existiu. A criação do Território fez parte da política de nacionalização das fronteiras, pois companhias da região utilizavam estrangeiros como mão de obra.



No mesmo ano, surgiu no Território Federal de Ponta Porã, no extremo-sul do Mato Grosso, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com a finalidade de implantar o minifúndio em áreas fronteiriças para que essa região se adaptasse “[...] ao avanço industrial do país, cujo propósito era incrementar a produção nacional de gêneros alimentícios.” (PONCIANO, 2007, p. 70). A demarcação territorial da Colônia, pelo então presidente Vargas, deu-se conforme o Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943 (BRASIL, 1943), no Território Federal de Ponta Porã. Entretanto, em 1948, no governo de Eurico Gaspar Dutra, quando os colonizadores migraram para a região da Colônia, não encontraram todos os lotes demarcados, destoando de discursos em circulação.

Em 1953, a Primeira Zona da CAND, que se localizava no município de Dourados, estava saturada de migrantes, sendo necessário colonizar uma segunda zona. Diante da situação, os próprios migrantes tomaram partido na demarcação das terras. Porém, esse desarranjo, segundo Ponciano (2007), foi planejado para que a ocupação do território da segunda zona ocasionasse o menor gasto possível para o Estado.

Pessoas vindas principalmente da região norte do país continuaram a chegar e “[...] na madrugada do dia 9 de julho de 1954 (sexta-feira), 450 homens, rompem a barreira que os separava e se alojam onde se situa o centro de Fátima do sul. Demarcaram terrenos e os ofereciam aos que se dispunham a construir sua casa em 90 dias.” (CAPILÉ, 1999, p. 15-16). Dessa forma, os migrantes ocuparam a margem direita do Rio Dourados.

A chamada Vila Brasil, em 1958, passou para a categoria de distrito do município de Dourados e, em 1963, o distrito foi elevado à categoria de município.⁶ Em 1965, no prédio da Prefeitura Municipal, houve um plebiscito para a escolha de outro nome para a cidade, sendo “Fátima do Sul” o mais votado.⁷

Essas iniciativas, que tiveram a participação ativa de moradores, evidenciam parte das lutas empreendidas para viabilizar a Colônia.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM MATO GROSSO E EM FÁTIMA DO SUL

A educação pública no término do século XIX tinha adquirido evidência no campo político. A aspiração pelo desenvolvimento da instrução era movida pelo interesse no progresso e de modernização do país.

Pedro Celestino Corrêa da Costa assumiu a presidência do Estado de Mato Grosso no início do século XX (1908-1911), tendo entre seus objetivos industrializar esse Estado, considerando necessária, para tanto, a modernização do sistema escolar. Com esse propósito, realizou uma reforma no ensino primário, iniciada com a implantação dos grupos escolares, por meio do Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910 (MATO GROSSO, 1910). Dessa



forma o governo conseguiu aumentar o número de escolas isoladas e, conseqüentemente, o número de crianças matriculadas.⁸

Em Fátima do Sul, a educação institucionalizou-se influenciada pelo clamor dos colonos e outros moradores, mas, também, pelo interesse e iniciativa dos padres palotinos, com a criação de uma escola paroquial. Somente em 1959 um grupo escolar foi fundado no município. Vista como sinônimo de “progresso”, a educação escolarizada serviu de atrativo, ou mesmo constituiu condição para fixar as pessoas dispostas a participar da colonização daquela região do país.

Naquele período, a estreita relação entre o governo do Estado e a igreja baseava-se em interesses mútuos. O ensino primário era obrigação do Estado, no entanto, a igreja católica, com sua função missionária, tomou a educação como uma de suas responsabilidades. O Estado tinha interesse na oferta de educação escolar e, desse modo, fornecia subsídio à igreja para cumprir com sua obrigação de ofertá-la, e esta última também se beneficiava, pois podia acompanhar de perto a educação dos filhos dos colonos e disseminar, com mais eficiência, o ideário religioso.

Os padres palotinos chegaram ao Brasil em 24 de julho de 1886 no Vale Vêneto, Rio Grande do Sul, para evangelizar colonos. Posteriormente, expandiram-se para outras cidades daquele Estado fixando-se no país. Em 1954, partiram para os Estados do Paraná e Mato Grosso. No último, saíram da província de Nossa Senhora Conquistadora, que se localizava no Rio Grande do Sul, e se estabeleceram na região hoje denominada de Grande Dourados, em Mato Grosso. Com a intensificação do processo de colonização, foram residir à margem esquerda do Rio Dourados, atual cidade de Fátima do Sul, com o principal intuito de evangelizar os colonos que ali residiam. Para tanto, passaram a realizar outras ações, incluindo esforços no campo da educação escolar, como a criação da primeira Escola Paroquial Vicente Pallotti, fundada em 1957.

Os colonos lutavam pela educação de seus filhos, clamor inscrito nos discursos em circulação no país, entretanto, não foram atendidos pelos governantes nas décadas de 1950-1960. Essa ausência possibilitou que entrasse em cena a igreja católica, por meio da Missão palotina; suas ações contavam com apoio e ajuda voluntária dos migrantes. Os padres instalaram-se na Colônia com o objetivo de evangelizar, porém, visto a necessidade de alfabetização, de modo estratégico fundaram a primeira escola de Fátima do Sul. A educação foi um interesse dos palotinos, uma vez que facilitava o trabalho de fazer os colonos entenderem o evangelho, pois, para aqueles missionários, a “[...] questão mais importante que pode haver no mundo é a salvação de uma alma.” (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA CONQUISTADORA, 2016, p. 1)⁹.

Quanto a caracterização social dos alunos, seguia as particularidades de seus familiares, que eram em sua maioria pobres e de origem nordestina. Observa-se que para



receber um lote de terra naquele período era preciso ser trabalhador rural, casado e de baixa renda.

O CURRÍCULO DA ESCOLA PAROQUIAL VICENTE PALLOTTI: ORGANIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL E ATIVIDADES EDUCATIVAS

Esta parte organizou-se para uma aproximação do currículo escolar, com ênfase na questão da arquitetura/edificação, com sua organização e distribuição espaço-temporal e aspectos do funcionamento da Instituição nas décadas privilegiadas no recorte temporal adotado.

Na perspectiva adotada, tudo o que ocorreu no interior da Escola Paroquial Vicente Pallotti, e mesmo aspectos exteriores que tiveram alguma ligação com o seu funcionamento, pode ser considerado currículo. O próprio espaço-tempo é um aspecto do currículo.

Segundo Silva (2010, p. 150),

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.

Nesses termos, não podemos deixar de analisar o chamado currículo oculto, ou seja, “[...] as características estruturais da sala de aula e da situação de ensino, mais do que o seu conteúdo explícito, que ‘ensinavam’ certas coisas: as relações de autoridade, a organização espacial, a distribuição do tempo, os padrões de recompensa e castigo.” (SILVA, 2010, p. 78). Desse modo, foi importante pensar algumas das práticas efetivadas, ou atividades realizadas, as disciplinas como matérias escolares e outros elementos que caracterizaram a Escola, como instituição social, constituidora de sujeitos de tipos específicos. Na Escola estudada, o currículo, prescrito e desenvolvido, teve suas raízes e bases definidas ou ao menos articuladas a pedagogia da própria Igreja.

OS ESPAÇOS-TEMPOS E AS TRANSFORMAÇÕES NA ESCOLA PAROQUIAL

Este tópico analisou como as transformações nas localizações da escola na geografia da cidade e a arquitetura com sua distribuição espaço-temporal próprias constituíram elemento material da institucionalização da educação e parte do currículo ou da programação escolar. A arquitetura escolar pode ser um instrumento controlador dos espaços, pensado para intervir no comportamento de seus frequentadores.



Para a compreensão da arquitetura escolar é preciso ultrapassar a visão apenas do espaço como algo diferenciado, que é destinado ao ensino, mas tomá-lo como algo que pode compor e/ou conformar os sujeitos e exercer poder em uma sociedade. Uma instituição pode fazer com que aquilo que se deseja, seus objetivos, seja internalizado e aceito por seus usuários, por isso tem merecido a atenção em estudos sobre as instituições:

[...] o uso e a distribuição do espaço escolar, sua transformação em lugar, começam a estar na mira tanto daqueles que se preocupam com as questões organizativas, curriculares e didáticas, quanto daqueles que, a partir das ciências sociais, analisam os tipos de organização e distribuição espacial que as instituições educacionais oferecem e as outras, fechadas ou demarcadas, com as quais elas guardam certas semelhanças. (FRAGO, 2001, p. 11).

O espaço-tempo escolar carrega/veicula, há pelo menos um século, o discurso de sua adequação para ministrar o ensino, fator que elevou sua valorização e que possui seu próprio regime de verdade. Os espaços e os tempos como componentes da ordem social e escolar, segundo Vidal e Faria Filho (2000), são próprios e ao mesmo tempo institucionais e é por essa institucionalização que se justificam o controle e o planejamento do espaço e do tempo, que podem ser pensados e articulados pela existência de uma instituição. Existência que justifica a distribuição das carteiras e dos demais objetos escolares, a modulação dos horários, os planos de aula, enfim, todo o mobiliário e currículo escolar.

O espaço escolar pode ser compreendido como constructo cultural, que perpassa sua materialidade, dando visão a algumas espécies de discursos. Desde o século XIX, vivemos a época do espaço: “[...] creio que a inquietação de hoje se refere fundamentalmente ao espaço, sem dúvida muito mais que ao tempo: o tempo provavelmente só aparece como um dos jogos de distribuição possíveis entre elementos que se repartem no espaço.” (FOUCAULT, 2001a, p. 413). Esse espaço é heterogêneo como, por exemplo, o espaço escolar. O espaço pode servir para a passagem como a rua, os pontos de paradas como os cafés, entre diversas outras definições e posicionamentos do espaço atual.

Há dois espaços que, mesmo contradizendo todos os posicionamentos, estão ligados a eles: as utopias e as heterotopias. Segundo Foucault (2001a, p. 414), a primeira refere-se aos posicionamentos sem lugar real e, a segunda, se opõe à primeira. O filósofo exemplifica comparando-a ao espelho, que une a realidade com a não realidade; seria a importância que um espaço tem sobre o outro, mas não vista de imediato: o espaço do outro.

Podemos então considerar que as heterotopias se formam pelas diversas culturas e variam em conformidade com o tempo, podem unificar variados espaços que não podem coexistir consigo mesmos, podendo unir diferentes períodos em locais isolados do meio social e têm um papel que interage com o espaço ao redor.

Em 1957, o padre palotino Amadeu Amadori deu início ao funcionamento da escola na capela Nossa Senhora Aparecida, na Vila Brasil, denominação inicial de Fátima do Sul. A construção era rústica, faltavam mobiliários e o espaço era insuficiente para acomodar os alunos. Assim buscaram outro ambiente para os trabalhos escolares e, desde então, os padres assumiram a responsabilidade pela escolarização das crianças.

No Livro do Tombo (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 1963, p. 7) está registrado que o início das atividades ocorreu em 1958: “Aos vinte e oito de março de mil novecentos e cinquenta e oito Pe. Amadeu Amadori funda a Escola Paroquial ‘Vicente Pallotti’ em Vila Brasil. [...]. Embora sem carteiras funciona hoje na primitiva capelinha à margem esquerda do Rio Dourados, com 66 alunos.”

A Fotografia 1 é do ano de 1957, quando se iniciaram as aulas, e registra a primeira turma em frente à Capela/Escola, com os alunos uniformizados. Ao centro, o Pe. Amadeu Amadori (fundador da escola), com veste preta, evidenciando a posição da igreja e, nas extremidades, as duas professoras que lecionavam naquele ano.

Fotografia 1 – Primeira turma e primeira edificação da Capela/Escola. Fátima do Sul. 1957.



Fonte: FÁTIMA DO SUL. Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka. 1957.

Em 1958, a instituição passou a se denominar Escola Paroquial Vicente Pallotti. Segundo o Pe. Amadeu Amadori, naquele ano “Lecionaram duas professoras (Irma Soares de Souza e Pedrina Pereira da Silva) nomeadas pelo Estado.” (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 1963, p. 7). Conforme narrou o Pe. Leonardo (Informação



verbal)¹⁰, a Escola recebia ajuda do Estado por meio da nomeação/pagamento de professores.

A Capela, construída em 1954, inicialmente não possuía carteiras para o funcionamento das aulas, mas, mesmo assim, começou a funcionar nessa localidade em março de 1957. Seu funcionamento na Capela foi por apenas quatro meses. As primeiras carteiras eram de tábuas brutas de peroba, onde se acomodavam juntas cinco crianças (tinham cinco tábuas para escrever e cinco para sentar).

Podemos pensar no espaço e no tempo em que a Escola se inseria na Capela; elas funcionavam no mesmo espaço, porém, em tempos e em atividades diferenciadas. Para Foucault (2001a), o espaço determina o tempo quando aqueles que têm autoridade distribuem o tempo nos elementos do espaço. No caso, a hora de rezar e a hora de estudar, ou o momento em que o espaço era Capela e quando era Escola. Também, podemos interpretar que, pelo menos para as crianças, esses espaços-tempos não estavam tão separados, mas embaralhados em suas experiências.

Dialogando com Foucault (2001a), podemos admitir que tal lugar pode ser considerado uma espécie de heterotopia, por ser um lugar real, porém provisório ou de passagem. Podemos destacar a importância que um espaço tem sobre o outro, no caso a importância que a Capela tem sobre a Escola; possivelmente as crianças frequentavam a Capela não só como escola, mas também em sua função religiosa.

Em função da demanda de vagas, em 1957, a Escola funcionou na Capela Nossa Senhora Aparecida e, ao mesmo tempo, em outro local da Vila. Em 1960, os padres palotinos construíram uma escola de madeira com quatro salas (Fotografia 2), em um terreno emprestado e recursos doados pela comunidade e por duas serrarias, evidenciando mais uma vez o empenho e a valorização dada a escola por parte da comunidade. A Capela/Escola atendia as crianças da zona rural enquanto a Escola Paroquial Vicente Pallotti atendia as crianças que residiam na cidade.

Em sua narrativa, a ex-aluna Noemi (Informação verbal)¹¹ afirmou que a Escola Vicente Pallotti funcionava com quatro salas de aula (Fotografia 2), sendo uma de frente para a outra. Mas naquele momento, para suprir a demanda estudantil, foi preciso abrir mais uma sala de aula em uma propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Fotografia 2 – Formandos em frente ao prédio da Escola Paroquial, com 4 salas (década de 1960).
Fátima do Sul.



Fonte: FÁTIMA DO SUL. Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka. 1960b.

A construção de um espaço para o funcionamento da Escola, afetou o funcionamento da Vila. Segundo afirma o Pe. Leonardo (Informação verbal)¹², após a chegada dos missionários palotinos, por meio de seus ensinamentos, a paz começou a se instalar no lugar, “[...] principalmente com a construção da escola, que foi um fator que fez a população deixar a ignorância de lado e conhecer as leis, aprenderem a viver em sociedade e a sonhar com um futuro melhor”. Um espaço que conseguiu modificar o outro e aspirou modificar as condutas.

Na segunda metade dos anos de 1960, com a construção do Instituto D. Pedro II pelos palotinos, o espaço destinado à escola modificou-se. Segundo o Pe. Leonardo (Informação verbal)¹³:

Para construir a escola [Instituto] foi recebido dinheiro de órgãos do estado, de verbas de deputados e de outros países que tinham associações que ajudavam países mais pobres, recebemos ajuda dos Estados Unidos e da Europa, o terreno os padres que vieram fundar missão aqui com a ajuda dos outros padres da comunidade palotina, ajudaram a comprar meio lote, terreno onde seria construída a escola.

Segundo o Pe. Amadeu Amadori registrou no Livro do Tombo (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 1965, p. 18), “[...] no dia 08 de março de 1965 as aulas



da Escola Paroquial Vicente Pallotti e do Ginásio Comercial do Instituto D. Pedro II tiveram início. No Ginásio foram feitas mais de 200 matrículas e na Escola Paroquial foram 450.” Construído para ofertar cursos técnicos e outros, a inauguração do prédio do Instituto, segundo o Projeto Político-Pedagógico da Escola (ESCOLA ESTADUAL VICENTE PALLOTTI, 2013), data de 1966. Ainda segundo essa mesma fonte, em março de 1967, a Escola Paroquial Vicente Pallotti passou a funcionar durante o período diurno no mesmo prédio, com 110 alunos e 5 professores.

O edifício do Instituto D. Pedro II iniciou sua construção no dia 21 de março de 1961, no centro da cidade. Logo em frente foi construída a Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima. No Instituto funcionou a escola técnica, onde eram ministrados cursos como o de datilografia e o de corte e costura. No Livro do Tombo (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 1966, p. 19), o Padre Amadeu Amadori anotou sobre a construção: “Aos 15 de maio de 1966, o edifício do Ginásio Comercial do Instituto D. Pedro II achou-se em fase de acabamento.” Em setembro de 1966, o Instituto encontrava-se totalmente construído, sua inauguração oficial aconteceu no dia 25 de setembro de 1966, com a presença do Pe. Guido Carcich e das autoridades civis e militares locais. Em março de 1967, a Escola Paroquial Vicente Pallotti passou a funcionar no Instituto D. Pedro II, a partir daquele ano também funcionou o Ginásio Comercial, no período noturno.

Mas a demanda crescente, na década de 1970, fez com que a Escola Paroquial ainda precisasse funcionar em outro local na cidade, evidenciando que o ensino secundário, em sua função de formação de subjetividades jovens, constituía uma prioridade para os padres palotinos.

A Escola Paroquial e o Instituto D. Pedro II utilizavam os mesmos espaços, a diferença estava no tempo/horário de uso. No caso, a Escola funcionava no período diurno e o Instituto no período noturno, e, dessa forma, a organização e distribuição espaço-temporal foram determinantes na história da Instituição estudada. O tempo aparece após a necessidade ou garantia de distribuição do espaço (FOUCAULT, 2001a). Assim, e mais uma vez, a escola funcionou em um local temporário. Nesse sentido, e em diálogo com o pensador, para a Escola, o Instituto foi um lugar de passagem, provisório, o que permitiu o funcionamento de dois lugares em um só espaço.

Segundo registros da história da Instituição, foi por meio do Decreto nº 2.330, de 28 de novembro de 1974 (ESCOLA ESTADUAL VICENTE PALLOTTI, 2013), que a escola passou a compor a Rede Estadual de Educação, porém, apenas em 1999, passou a funcionar em espaço próprio.

A presença de símbolos e imagens distribuídas nas paredes e nos prédios também contribuem na composição dos sujeitos. Indagada sobre a presença da Igreja nas atividades da instituição escolar, como a presença de imagens de santos ou dos padres palotinos, bíblias,



crucifixos ou qualquer outro símbolo religioso, a ex-aluna Noemi (Informação verbal)¹⁴ afirma que não havia fotografia ou imagem dos padres que fundaram a escola, porém, todas as crianças sabiam que ela era dirigida pelos palotinos.

Somente quando a Escola Paroquial Vicente Pallotti passou a funcionar no mesmo prédio do Instituto D. Pedro II, foi que o uso de símbolos e imagens católicas passaram a ser mais exploradas na decoração dos espaços.

Quando questionado sobre a intervenção da Igreja na Escola, ou se havia imagens de padres ou santos, bíblias, crucifixos, ou qualquer símbolo religioso em algum ponto da Escola, o Pe. Leonardo (Informação verbal)¹⁵ respondeu que:

Como todos, os alunos e professores eram cristãos, embora de grupos diferentes, havia símbolos cristãos e todos os respeitavam.” [Também] havia retrato de autoridades municipais, estaduais; e, também, dos padres fundadores da escola, e os que ajudaram construir o prédio e autoridades do ensino Estadual.

Os retratos dos padres que havia nas paredes da escola nos levam a pensar no poder que a arquitetura possui ao demarcar a educação segundo os interesses, registrar os fatos que julgam importantes, como registrar que a construção da escola se deveu ao esforço dos padres palotinos.

A professora Cibeli (Informação verbal)¹⁶, em sua narrativa, relatou que:

A escola somente era decorada em [...] datas comemorativas, em outras épocas eram somente cartazes de alunos e de professores. A separação dos alunos era feita por grau e as salas eram medianas sem ventiladores, as janelas tinham vidros e os corredores se situavam ao longo do prédio, também tinha pátio, quadra de esporte e uma passarela coberta onde os alunos brincavam. As carteiras eram alinhadas e individuais, havia um quadro na parede com a imagem de São Vicente Pallotti, uma bíblia e um crucifixo na secretaria da escola, tinham o costume de hastear a bandeira e cantar o hino nacional em datas cívicas e festivas.

A organização e a distribuição espaço-temporal como elementos pedagógicos contribuíram para compor subjetividades escolarizadas. Nesses termos, a pedagogia, segundo Noguera-Ramirez (2009), seriam as técnicas didáticas presentes nas práticas escolares que podem ser usadas estrategicamente para governar o outro.

OS PROFESSORES E O ACESSO À ESCOLARIZAÇÃO

Na contramão de alguns discursos sobre educação em circulação no país na primeira metade do século XX, como os da chamada Escola Nova, expressos no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de março de 1932. Segundo Freitas e Biccas (2009), mais especificamente na década de 1920, estava em circulação a proposta da renovação



educacional na esfera das reformas educacionais que ocorreram no período. Entre elas, na década de 1930, encontrava-se o Manifesto, cujos temas

[...] mais ‘fortes’ eram a gratuidade necessária para que a educação fosse efetivamente pública; a laicidade para que a escola estatal pudesse ser legitimamente republicana; a obrigatoriedade para que escolarização patrocinada pelo orçamento público pudesse ser um projeto de construção da identidade social de crianças e jovens e fosse, por fim, baseada na coeducação para que expressasse sua abertura aos novos métodos e à modernização do trabalho docente. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 73-74).

A Escola Paroquial Vicente Pallotti não expressava a laicidade propugnada, mas a religiosidade; não adotou novos métodos, não modernizou o trabalho docente e atendia apenas o ensino primário gratuitamente, cobrando pela oferta do ensino secundário. Conforme a ex-aluna Noemi (Informação verbal)¹⁷ afirma: “[...] eu entrei e saí porque meu pai era muito pobre e não tinha condições de pagar.” Aspecto esse que parecia fazer com que muitos pais não pudessem matricular seus filhos em instituições escolares; devido a demora na implantação da gratuidade, após os anos iniciais da educação escolar.

Conforme Hilsdorf (2003), a Lei de Diretrizes da Educação, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, apoiava a iniciativa privada. Nos anos de 1960, foi possível identificar que o Instituto D. Pedro II recebia ajuda governamental para seu funcionamento. Entre os apoios recebidos estava a cedência de professores, como ocorria em relação à Escola Vicente Pallotti. Inicialmente, a maioria quase absoluta dos professores não era habilitada e mesmo licenciada.

Segundo o Pe. Leonardo (Informação verbal)¹⁸, no aspecto da formação dos professores, entre os anos de 1972 e 1974 havia somente dois professores com curso superior: ele e uma professora oriunda do Estado de São Paulo. A maioria dos professores tinha “[...] o II Grau incompleto, outros nem isso. Havia alguns, por exemplo, que não tinham curso de matemática, mas eram bons em cálculo, então este iria dar aula de Matemática”.

Esse aspecto não constituía um privilégio da Escola estudada, visto que, na época, era limitada a possibilidade de obtenção de um título de nível superior; e, como afirmou o Pe. Leonardo (Informação verbal)¹⁹, o domínio de alguns conhecimentos, como cálculo, credenciava um professor em determinada área ou disciplina; do contrário tornava-se impossível o funcionamento da escola, pois sequer havia número suficiente de professores licenciados.

Os cursos normais, que licenciavam professores para atuar nas séries iniciais, eram oferecidos nas cidades de Campo Grande, Corumbá, Cuiabá ou em outros estados e eram, em sua maioria, particulares, segundo Furtado (2007).



O Instituto passou a oferecer o Curso Normal em 1961, de forma particular: “[...] tinha o segundo grau em contabilidade e também em magistério o curso normal, a gente chamava naquele tempo, que é o magistério, então formava professores e contadores.” (Informação verbal)²⁰. Com essa narrativa, o padre evidencia o investimento na formação dos professores e em outros cursos, oferecidos pelo próprio Instituto D. Pedro II, que visavam a sanar a necessidade de professores primários nos anos de 1960 e 1970.

Segundo Freitas e Biccás (2009, p. 88), “[...] ao país faltava uma elite esclarecida; e uma elite esclarecida precisava de professores secundaristas com formação universitária”, no entanto, mesmo com a preocupação quanto à formação de professores que, de acordo com o citado, consta desde 1925, não havia número suficiente de professores habilitados.

Em 1959, momento em que a Escola Paroquial Vicente Pallotti já estava em funcionamento, iniciou em Dourados, cidade próxima a Fátima do Sul, no sul de Mato Grosso, uma Escola Normal, tendo expandido a modalidade de ensino na década de 1960, quando “[...] foi criado um Curso Normal no Colégio Osvaldo Cruz.” (FURTADO; MOREIRA, 2015, p. 5).

No ano de 1971, houve a colação de grau dos alunos dos cursos de normalista e técnico em contabilidade do Instituto, que foi, provavelmente, a última turma de normalistas, em virtude de mudanças na legislação educacional no início da década de 1970.²¹

Naquele mesmo ano, foi comemorado o dia do professor com a promoção de palestras e passeio para os professores de Fátima do Sul e para os da região, conforme registro no Livro do Tombo (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 1971, p. 60):

No dia de hoje os professores municipais de Fátima do Sul, Jateí, Glória de Dourados tiveram um encontro no recinto do Instituto D. Pedro II [e da Escola]. Foi um encontro! Foi uma revisão de missão de professor que a delegacia de ensino de Fátima do Sul promoveu com palestras e exposições! À tarde, todos foram passear na ilha do Rio Dourados!

A ênfase dada ao encontro de professores expressa um entusiasmo por parte do Pe. Amadeu Amadori. Não podemos nos esquecer do fato de esse chamado encontro ter sido promovido pelo padre, que registrou o que lhe pareceu significativo. Ou seja, em diálogo com Foucault (2008), é necessário considerar a posição de sujeito que ocupa aquele que registra o acontecimento e problematizar a intenção do autor que conta a história.

Podemos adotar a noção de governo do outro também considerando os professores, pois, segundo Foucault (2006, p. 231), “[...] as relações de poder existem entre [...] aquele que sabe e aquele que não sabe.” A forma de governo pode então ser problematizada considerando o fato de os professores da Escola Paroquial Vicente Pallotti serem aqueles que dominam um saber em relação aos seus alunos. Entretanto, esse exercício de poder-saber



também se dava em relação aos padres e as irmãs, uma vez que estes promoviam palestras e reuniões para aperfeiçoar o professorado.

O Pe. Amadeu Amadori deixou registrado no Livro do Tombo (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 1967, p. 23) que o Instituto D. Pedro II (e a Escola Paroquial que funcionava em seu interior) era “[...] a melhor e a mais frequentada Escola do Município.” Na afirmativa, pode ter havido a intenção de demarcar a construção educacional dos padres palotinos como sendo um sucesso considerado pela maioria. Porém, segundo Capilé (1999), até o início dos anos de 1970, o Instituto era o único a oferecer o ensino secundário no município. O ensino secundário compreendia a escolarização imediatamente posterior aos quatro anos do ensino primário e se organizava em dois ciclos: o fundamental de cinco anos e o complementar de dois anos, segundo Bittar e Bittar (2012).

ATIVIDADES, COMEMORAÇÕES, CIVISMO E RELIGIOSIDADE

Foi necessária mais de uma década de debates até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (BRASIL, 1961). A referida Lei gerou perspectivas quanto a um possível progresso que poderia favorecer a educação nacional. Segundo essa legislação, eram necessários quatro anos divididos em séries para completar o ensino primário, sendo obrigatório a partir dos sete anos, no caso de ingressos após essa idade. Em 1961 a Escola Paroquial Vicente Pallotti começou a oferecer o primário com base nessa reforma.

Referindo-se à distribuição das aulas, a ex-aluna Noemi (Informação verbal)²² afirma que:

[...] era uma professora por turno, uma de manhã e outra à tarde. [...] tinha aula das 07h00min às 10h00min, das 11h00min às 13h00min e das 13h00min às 16h00min, [...] tinha uma salinha ali que funcionou para ajudar, porque não cabiam os alunos na escola que funcionava na praça.

Segundo o ex-aluno Paulo (Informação verbal)²³, em 1958 as disciplinas estudadas eram “Português, Matemática, Ciências, História e Geografia”. Durante o recorte temporal, além das disciplinas mencionadas, havia Ensino Religioso, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, sendo as duas últimas oferecidas na década de 1970, conforme legislação em vigor no período.

Em relação ao Ensino Religioso, as fontes orais evidenciam o investimento nos valores religiosos adotados pelos palotinos, conforme exposto mais adiante, ainda que, segundo a professora Elem (Informação verbal)²⁴, “Não se focava em uma religião, já que não eram apenas católicos que estudavam na escola.” E, ainda, segundo a ex-aluna Noemi



(Informação verbal)²⁵, “[...] a separação dos alunos era por série e os professores sempre introduziram o amor a Deus e o respeito nas famílias.”

Como exemplo dessa orientação por parte da igreja, há registros no Livro do Tombo (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 1971, p. 61) sobre as formaturas que eram comemoradas com missa de ação de graças, na qual se reuniam todos os formandos e seus entes, independentemente da sua religião: “Missa de formatura do colégio estadual, na Matriz às 19h00min horas. Estiveram participando muitos pastores e adeptos protestantes”.

Em ocasiões religiosas além da Escola Paroquial outras escolas e instituições da cidade faziam-se presentes:

Dia 5 de setembro de 1966, Fátima do Sul viveu um dos maiores dias de sua história, com a visita da Imagem Milagrosa de N^a S^a Aparecida. [...] O Pároco, o Prefeito Municipal e autoridades recepcionaram a Imagem na entrada da cidade [...]. Todo o trajeto que vai da ponte sobre o Rio Dourados até o Altar Monumento, erguido em frente à Nova Matriz em construção [...]. A multidão que se comprimia frente o Altar monumento externava uma fé e um entusiasmo diluentes. Em frente ao altar formavam alas os alunos do Instituto ‘D. Pedro II’, Escola Paroquial ‘Vicente Pallotti’, Grupo Escolar ‘D. Aquino’ e Grupo Escolar ‘Izabel Mesquita’. Ao se aproximar a Imagem do Altar, carregada pelo Bispo D. Macedo de Aparecido, entregue a fanfarra do Instituto D. Pedro II num entusiasmo incomum. (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA/LIVRO DO TOMBO, 1966, p. 20).

No ano seguinte a esse acontecimento religioso, conforme Livro do Tombo (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 1967, p. 24), as Irmãs de São José ministraram “Palestras religiosas-educativas - Pela Irmã Dulcina de S. José, foram feitas diversas palestras aos alunos, juventude, professores e pais de Fátima do Sul”. Evidenciam-se as iniciativas da igreja intervindo na maneira de pensar e agir ou no governo dos outros, que não se limitava aos espaços da igreja e da escola, mas que envolvia a comunidade.

Na década de 1960, em Fátima do Sul, quem terminasse o ensino primário podia prosseguir os estudos cursando o ginásio e os cursos profissionalizantes oferecidos de forma particular pelo Instituto D. Pedro II, também criado pelo Movimento Social Palotino. O argumento dado pelo Pe. Leonardo (Informação verbal)²⁶ para a cobrança de mensalidades dos cursos profissionalizantes no Instituto foi a falta de apoio financeiro por parte do governo do Estado (contava apenas com a cedência de professores apontada anteriormente).

Contudo, os concluintes do primário encontravam mais uma “[...] barreira seletiva [...] representada pelo ‘exame de admissão’ ao ginásio que represava cerca de 50% dos candidatos.” (HILSDORF, 2003, p. 115). Por isso, os alunos do primário eram em maior número, por não terem condições de pagar a mensalidade no ginásio ou por não serem aprovados no exame de admissão. Além desses aspectos, muitos tinham que trabalhar e não sobrava tempo para se dedicarem aos estudos.



Sobre o pagamento de mensalidades, o Pe. Leonardo (Informação verbal)²⁷ explicou a política de bolsas de estudo adotada pela direção: “A gente não podia fazer de graça para todo mundo, quando tinha uma família com cinco filhos que estudavam, por exemplo, aí sim uns dois deles a gente dava, porque recebia algumas verbas do Estado também, mas não tinha bolsa de estudo para todos”. Refere-se ao Instituto D. Pedro II.

Apenas os jovens mais abastados conseguiam estudar no período noturno, que contemplava os cursos técnicos do Instituto D Pedro II. O ex-aluno Paulo (Informação verbal)²⁸, por exemplo, oriundo de Palmeira dos Índios, Alagoas, foi aluno da Escola Paroquial Vicente Pallotti, onde começou a estudar com 7 anos de idade, em 1958, no mesmo ano em que chegou à cidade. Porém não deu continuidade aos estudos, pois não pode frequentar os cursos oferecidos no Instituto, alegando dificuldades financeiras.

A reforma educacional dos anos 1970 redefiniu os rumos da escolarização de crianças e jovens no país, sendo regulamentada pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971). A referida reforma

[...] instituiu as escolas de 1º Grau, para ministrar um curso único, seriado, obrigatório e gratuito de oito anos de duração, resultante da reunião dos antigos grupos escolares e ginásios, e definiu o 2º Grau como curso profissionalizante, para formar técnicos para as indústrias. (HILSDORF, 2003, p. 126).

Dessa forma, o Estado e os governos não seriam pressionados a oferecer vagas ao ensino superior, pois a previsão é que estas seriam supridas pelos cursos profissionalizantes do 2º Grau.

A reforma propugnava investimentos em capital humano, “[...] garantindo que a conquista de graus escolares mais elevados proporcionava ascensão social” (HILSDORF, 2003, p. 123-124), por meio de investimentos no processo de educação escolar, sendo a qualificação para o trabalho o retorno esperado. Entretanto, como narra Paulo (Informação verbal)²⁹, ex-aluno da Escola Paroquial, em Fátima do Sul havia dificuldade em dar continuidade aos estudos: “[...] no militarismo, o estudo era para as pessoas mais favorecidas que tivessem condições financeiras.” Fator considerado por ele como limitador para dar sequência aos próprios estudos. As instituições educacionais particulares, para garantir o próprio funcionamento, deviam “[...] acatar essas determinações, caso contrário, poderiam ser sumariamente fechadas.” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 115). Conforme os autores, o civismo era uma dessas determinações.

Nesse sentido, Souza (1998, p. 265) afirma que “[...] a escola pública tornou-se palco de realização das comemorações cívicas, mais um dentre os traços inequívocos de aliança da escola primária com a República e com os valores cívico-patrióticos. Tais festas tinham



como objetivo solenizar algumas datas ‘notáveis’ da nossa história.” Podemos explicitar que a escola republicana

[...] instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados. Eles podem ser vistos como práticas simbólicas que, no universo escolar, tornaram-se uma expressão do imaginário sociopolítico da República. (SOUZA, 1998, p. 265).

Esse posicionamento, a ser adotado nas escolas, era compartilhado, com suas especificidades próprias. A Escola Paroquial Vicente Pallotti, assim como o Instituto D. Pedro II, tinha as comemorações e os desfiles cívicos como prática, delimitada no currículo escolar.

Meses após a promulgação dessa Lei, em dezembro de 1971, o secretário de educação do Mato Grosso visitou o Instituto D. Pedro II, para esclarecer sobre as novas modalidades de ensino primário com as mudanças da referida Lei, conforme registro no Livro do Tombo (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, 1971, p. 71): “Esteve visitando Fátima do Sul o secretário da educação de Mato Grosso Dr. Paquim que vem em visita de esclarecimentos das novas modalidades de ensino primário feito em sistemas religioso, que funciona a partir de janeiro de 72.”

Na visita, o secretário tratou mais especificamente sobre o ensino primário em instituições religiosas, esclarecendo que a modalidade de ensino da Escola Paroquial Vicente Pallotti estava em acordo com o sistema religioso; a Escola não era laica, mas confessional. Esse posicionamento, a ser adotado nas escolas públicas, era compartilhado, com suas especificidades, nas demais escolas.

As datas comemorativas faziam parte do currículo da Escola Paroquial. A Escola, assim como o Instituto D. Pedro II, tinha os desfiles cívicos como prática. O aniversário da cidade era, sem dúvida, uma data comemorada com a presença de alunos e professores. “O projeto político centralizador requeria uma identidade nacional que estaria impreterivelmente associada à necessidade de renovar hábitos e de modernizar o povo brasileiro por meio da educação, da saúde e do saneamento.” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 115). Os interesses dos governos ditatoriais estavam em jogo na educação do país.

Mas essa prática de comemorar datas cívicas, e envolver a escola em eventos organizados pela administração pública municipal, ocorria desde a década de 1960 (Fotografia 3). O Pe. Amadeu Amadori relatou que, em 1967, foram realizadas comemorações no dia da pátria: “[...] com grande garbo e patriotismo foi pelos Estudantes

Fatimenses, comemorada a magna data da Independência do Brasil.” (PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA/LIVRO DO TOMBO, 1967, p. 24).

Fotografia 3 – Desfile cívico da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960). Fátima do Sul.



Fonte: FÁTIMA DO SUL. Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka. 1960a.

A Fotografia 3 registra a participação da Escola Paroquial em desfile cívico, na segunda metade dos anos 1960. Na imagem o fotógrafo coloca em primeiro plano crianças se apresentando utilizando os meios de transporte usados naquela época (*jeep*, cavalo), e em último plano, encontra-se o primeiro prédio da Escola.

Nesse sentido, fizeram parte de cotidiano da Escola valores veiculados no país, tais como a brasilidade inculcada pelo civismo e os trabalhos realizados com os temas pátria, família e uma moral de cunho religioso. Preceitos que se harmonizavam na educação oferecida na Instituição estudada, com vistas a constituir subjetividades infantis e jovens religiosas e patrióticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo socializou resultados de pesquisa concluída, cujo objetivo foi descrever e analisar o processo de institucionalização da educação, efetivado na década de 1950, no município de Fátima do Sul, antigo sul do Mato Grosso, investigando como esse processo ocorreu, levando em conta os jogos de poder ou de forças envolvidos.

O recorte temporal adotado na pesquisa foi de 1950-1974, pois interessou ir um pouco antes do momento em que a primeira instituição foi criada e investigar as duas décadas em que permaneceu sob a administração e gestão dos padres palotinos. Os tópicos



elaborados ajudam-nos a compreender os fatores que possibilitaram a institucionalização da educação materializada na criação e no funcionamento da primeira escola no município de Fátima do Sul, contribuindo assim com a produção no campo da História das instituições escolares.

O primeiro tópico trouxe aspectos sobre a política de ocupação do Centro-Oeste, com a Campanha Marcha para Oeste. Os colonos clamavam pela educação de seus filhos, mas esse clamor não foi ouvido pelos governantes do Estado nas décadas de 1950 e 1960. Essa ausência possibilitou que entrasse em cena a Igreja Católica, por meio da Missão palotina; suas ações contavam com o apoio e ajuda voluntária dos migrantes. Os padres se instalaram na Colônia com o objetivo de evangelizar, porém, visto a necessidade de alfabetização, fundaram a primeira escola de Fátima do Sul. A educação foi um interesse dos palotinos, pois facilitava o trabalho de fazer os colonos entenderem o evangelho, já que para aqueles missionários a questão central era “salvar almas”.

O espaço escolar pode ser estudado e compreendido como constructo cultural que perpassa sua materialidade, dando visibilidade a alguns discursos. O espaço escolar era de propriedade dos padres. A presença constante deles na escola, a participação da escola nas atividades e nos eventos da Igreja podem ter possibilitado e/ou gerado uma tendência à imposição/adoção de certos significados. Entre os elementos que caracterizam a Escola, encontram-se as edificações singelas e os espaços nos quais ela se abrigou, e que durante décadas não lhe pertenciam. Aspecto que permite pensar certa desvalorização da educação das crianças e do trabalho educativo marcado pela improvisação inicial.

No último item, pudemos notar que o currículo escolar fazia funcionar as finalidades religiosas e contou com intervenções concretas, como as reuniões ministradas pelas irmãs de São José aos professores e aos alunos, bem como foi ressaltada a presença de símbolos cristãos que, conforme informações, eram respeitados por todos, embora alguns depoimentos afirmem que nas aulas de ensino religioso não se introduzia o catolicismo em si, antes buscava-se tratar sobre o que “o amor de Deus e a vida de Jesus”.

Nesse sentido, podemos entender o exercício de poder-saber da Igreja, em parceria com a administração pública. O acesso da Igreja a algumas das programações e atividades realizadas no interior da escola e a relação com a cidade permitem explicitar sua inserção na feitura do lugar e a importância que lhe foi dada. Evidenciou, em especial, a conexão construída entre a pedagogia da Igreja/palotinos e a escolarização de crianças e de jovens, naquele lugar e momento histórico datado.

**REFERÊNCIAS**

AMADORI, A. **Pe. Amadeu Amadori**. Paróquia Nossa Senhora de Fátima. Livro do Tombo (1963-1990). 1965.

AMADORI, A. **Pe. Amadeu Amadori**. Paróquia Nossa Senhora de Fátima. Livro do Tombo (1963-1990). 1966.

AMADORI, A. **Pe. Amadeu Amadori**. Paróquia Nossa Senhora de Fátima. Livro do Tombo (1963-1990). 1967.

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum: Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, jul/dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497>>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943. Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 out. 1943. Seção 1, p. 16115. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5941-28-outubro-1943-416007-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 out. 1977. Seção 1, p. 13729. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-31-11-outubro-1977-363968-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961, p. 11429. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 20 maio 2017. Revogada.

CAPILÉ, C. C. **História de Fátima do Sul**. Fátima do Sul: Caiuás, 1999.

ESCOLA ESTADUAL VICENTE PALLOTTI. **Projeto político-pedagógico**. Fátima do Sul, 2013. 80 p.



FÁTIMA DO SUL. Museu histórico e fotográfico Masuo Yasunaka. **Desfile cívico da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960)**. 1960a. Fotografia 3. Disponível em: <<http://www.museudefatimadosul.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FÁTIMA DO SUL. Museu histórico e fotográfico Masuo Yasunaka. **Formandos em frente ao prédio da Escola Paroquial, com 4 salas (década de 1960)**. 1960b. Fotografia 2. Disponível em: <<http://www.museudefatimadosul.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FÁTIMA DO SUL. Museu histórico e fotográfico Masuo Yasunaka. **Primeira turma e primeira edificação da Capela/Escola**. 1957. Fotografia 1. Disponível em: <<http://www.museudefatimadosul.com.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. Outros espaços (1984). In: _____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Ditos & Escritos III. Organização e seleção de textos de Manuel Barros da Motta. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a. p. 411-422.

FOUCAULT, M. Poder e saber. In: _____. **Estratégia, poder-saber (1977- 1978)**. Ditos & Escritos IV. Organização Manuel Barros da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 223-242.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001b. p. 243-276.

FRAGO, A. V. Introdução. In: FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 7-17.

FREITAS, M. C. de; BICCAS, M. de S. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FURTADO, A. C.; MOREIRA, K. H. **Professores leigos em escolas rurais primárias no sul de Mato Grosso (1930-1970)**. 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt02-4438.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

FURTADO, A. C. **Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto-SP (1944- 1964)**. 2007. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2003.



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo populacional**: 2010. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/fatima-do-sul/panorama>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

MATO GROSSO (Estado). Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910. Regulamenta a Instrução Pública Primária. **Coleção de Leis e Decretos**. Cuiabá: APMT, 1910. Livro nº 213, p. 119-153.

MATO GROSSO (Estado). Decreto-Lei nº 1.125, de 17 de novembro de 1958. Cria o distrito de paz de Vila Brasil, anexado ao município de Dourados, MT. In: IBGE. Mato Grosso do Sul: Dourados: formação administrativa. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/historico>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MATO GROSSO (Estado). Decreto-Lei nº 2.057, de 11 de novembro de 1963. Cria o município de Vila Brasil, MT. In: IBGE. Mato Grosso do Sul: Dourados: formação administrativa. Rio de Janeiro, 1963. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/historico>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 75-99, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9875/1/Arquivos%20e%20educacao.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016.

NOGUERA-RAMIREZ, C. E. **O governo pedagógico**: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem. 2009. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18256>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. **Livro do Tombo (1963-1990)**. Fátima do Sul, 1963.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. **Livro do Tombo (1963-1990)**. Fátima do Sul, 1965.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. **Livro do Tombo (1963-1990)**. Fátima do Sul, 1966.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. **Livro do Tombo (1963-1990)**. Fátima do Sul, 1967.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA. **Livro do Tombo (1963-1990)**. Fátima do Sul, 1971.



PONCIANO, N. P. **Fronteira, religião, cidade:** o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul (1943-1965). Dourados: Seriema, 2007.

PROVÍNCIA NOSSA SENHORA CONQUISTADORA. Padres e Irmãos Palotinos. **São Vicente Pallotti**. Santa Maria, RS, 2016. Disponível em: <<http://www.pallotti.com.br/index.php?op=historico>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.** [online], v. 14, n. 40, p. 143-155. jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Rev. Bras. Edu.** n. 14. maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

Notas

¹ Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

² Doutora em Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

³ No dia 11 de outubro de 1977, pela Lei Complementar nº 31 (BRASIL, 1977), o então presidente da República General Ernesto Geisel autorizou o desmembramento do Estado do Mato Grosso e, em 1º de janeiro de 1979, foi instalado o Estado de Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande.

⁴ Entrevistas concedidas a autora em 2014 e 2016, sobre os primeiros anos de funcionamento da Escola.

⁵ Estado Novo ou Terceira República Brasileira foi o regime político fundado por Getúlio Vargas em novembro de 1937, que vigorou até 29 de outubro de 1945. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e pelo autoritarismo. Faz parte do período da história do Brasil conhecido como Era Vargas.

⁶ Pelos Decretos-Lei nº 1.125, de 17 de novembro de 1958 (MATO GROSSO, 1958) e nº 2.057, de 11 de novembro de 1963 (MATO GROSSO, 1963).

⁷ Fátima do Sul possuía 19.035 habitantes em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE, 2016).

⁸ As Escolas de Improviso são do século XVIII e XIX, do período colonial restaram-nos poucas escolas régias, como a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil, pertencente ao Estado e não mais à Igreja. A maioria dos professores não tinha uma formação acadêmica, era nomeada e reconhecida como professores, pelos órgãos de governos responsáveis pela instrução. As escolas de improviso “[...] funcionavam em espaços improvisados, como igrejas, sacristias, dependências das Câmaras Municipais.” (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p. 21).

⁹ Vincenzo Vicente Pallotti (1795 - 1850) foi um presbítero católico italiano. Foi ordenado padre em 1818 aos 23 anos. Com a sua vida espiritual, suas múltiplas atividades apostólicas e a realização profética do apostolado, influenciou de modo relevante na história da Igreja no século XIX. Foi teólogo e doutor em filosofia, excelente



professor e confessor. Era pastor de prisioneiros e doentes. Fundou escolas noturnas e abrigos para jovens; organizou atividades de ajuda e de socorro para os lavradores das vizinhanças de Roma, que viviam na mais absoluta miséria, conhecido por todos os mendigos, pelos doentes e pelas vítimas das pestes (PROVÍNCIA NOSSA SENHORA CONQUISTADORA, 2016).

¹⁰ Entrevista concedida em 2016.

¹¹ Entrevista concedida em 2016.

¹² Entrevista realizada em 2014.

¹³ Entrevista realizada em 2014.

¹⁴ Entrevista concedida em 2016.

¹⁵ Entrevista concedida em 2016.

¹⁶ Entrevista concedida em 2016.

¹⁷ Entrevista realizada em 2017.

¹⁸ Dados obtidos em entrevista realizada em 2016.

¹⁹ Entrevista concedida em 2016.

²⁰ Entrevista concedida pelo Pe. Leonardo em 2016.

²¹ “O golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a Lei n. 5.692/7 modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau” (SAVIANI, 2009, p. 147).

²² Entrevista concedida em 2016.

²³ Entrevista concedida em 2014.

²⁴ Entrevista realizada em 2014.

²⁵ Entrevista concedida em 2016.

²⁶ Entrevista concedida em 2016.

²⁷ Entrevista concedida em 2016.

²⁸ Entrevista concedida em 2014.

²⁹ Entrevista concedida em 2014.

Submetido em: 26/03/2018

Aprovado em: 12/06/2018

Publicado em: 28/09/2018